



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

DIVISÃO DE EXECUÇÃO E CENTRAL DE MANDADOS DE JUNDIAÍ

Em 25 de novembro de 2020, o Excelentíssimo Corregedor Regional, Desembargador **MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA**, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária Telepresencial na Unidade, conforme Edital CR Nº 18/2020, divulgado em 3/11/2020 no DEJT (Edição 3092/2020 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 871). Presentes, por videoconferência, a MMª Juíza Diretora do Fórum ANDREA GUELFY CUNHA e a MMª Juíza Coordenadora da Divisão de Execução e Central de Mandados PRISCILA PIVI DE ALMEIDA. Com base nas informações prestadas pela Chefe de Divisão e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição: Adriana Castello Branco Pannoni Maricato Deffente, Ayrton Rocha, Luciano Marcelo Christ, Nivia Silva Pedrosa Franceschi e Renato de Carvalho Miatto.

Jurisdição de atuação: Atibaia, Bragança Paulista, Campo Limpo Paulista, Jundiaí, Indaiatuba, Itatiba, Itu e Salto
(Provimento GP-CR nº 4/2018)

Data da Última Correição: 11 a 14 de novembro de 2019.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1. ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados e Divisão de Execução)

JUÍZA DIRETORA DO FÓRUM
ANDREA GUELFY CUNHA

JUÍZA COORDENADORA DA DIVISÃO DE EXECUÇÃO	DATA DE DESIGNAÇÃO
PRISCILA PIVI DE ALMEIDA	15/7/2020

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
07/01/2020 a 05/02/2020	FÉRIAS
09/03/2020 a 07/04/2020	FÉRIAS

2. QUADRO DE SERVIDORES:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

2.1 Lotação

a) Central de Mandados:

NOME	CARGO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
1. Cintia Adriane Fernandes Becatti	OJAF	05/06/2018
2. Cleide Fonseca de Moura	OJAF	05/06/2018
3. Edimara Bianchin	OJAF	05/06/2018
4. Edmilson Aparecido Gatti	OJAF	05/06/2018
5. Eydie Cristina de Souza	OJAF	05/06/2018



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



6. Lincoln Dias dos Santos	OJAF	05/06/2018
7. Rodrigo Fontenelle Bezerril Coutinho	OJAF	05/06/2018
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO		7
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO		0
<i>Previsão na Portaria GP nº 77/2019</i>		8

OJAF – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal

b) Divisão de Execução:

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
1. Amanda Maeno Silva Proença	TJA	CJ-01 chefe de divisão	17/6/2019
2. Dario Nunes Tenorio	-	FC-01 executante	13/05/2020
3. José Alberto Prado de Godoy	AJA		05/06/2018
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			2
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			1
<i>Previsão na Portaria GP nº 77/2019</i>			3

2.2 – Estagiários [13/11/2020]:

(fonte: Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	DATA DE INÍCIO	TÉRMINO DO CONTRATO
Não há.			

2.3 – Ações de capacitação [11/2019 a 10/2020] - (Metas 15 do CNJ e 30, 31 e 32 do TRT-15):

(fonte: Seção de Capacitação de Servidores)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



a) Central de Mandados:

SERVIDORES	HORAS
Cintia Adriane Fernandes Becatti	147
Cleide Fonseca de Moura	254
Edimara Bianchin	9
Eydie Cristina de Souza	137,75
Lincoln Dias dos Santos	34
TOTAL	581,75

b) Divisão de Execução:

SERVIDORES	HORAS
Amanda Maeno Silva Proença	39,25
TOTAL	39,25

2.4 Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (PJ-e):

OFICIAL DE JUSTIÇA	Qtde total pendentes de cumprimento	Qtde pendentes de cumprimento com prazo vencido	Data da distribuição mais antiga
Cintia Adriane Fernandes Becatti	55	5	12/03/2020
Cleide Fonseca De Moura	57	24	30/01/2020
Edimara Bianchin	50	18	19/02/2020
Edmilson Aparecido Gatti	40	24	09/03/2020
Eydie Cristina De Souza	77	50	13/02/2020
Lincoln Dias Dos Santos	127	67	05/02/2020
Rodrigo Fontenelle Bezerril Coutinho	331	251	06/12/2019
TOTAL	737	439	06/12/2019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Observações da unidade: * parametrização local – prazo de 80 dias para cumprimento a partir da distribuição para o OJ.

Supermandado – prazo para cumprimento 80 dias, conforme parametrização

Diligências físicas e gerais – prazo para cumprimento 60 dias, conforme parametrização

*** a DE informa que o acúmulo de mandados se deu precipuamente em razão das medidas de afastamento social em razão da Pandemia do COVID-19, porque impediu que os OJs pudessem realizar as diligências externas, as quais foram retomadas recentemente, e ainda parcialmente, bem como que 5 OJs estão se revezando no cumprimento de diligências externas e 02 estão em isolamento total, por se enquadrarem como pessoas do grupo de risco e/ou conviverem com pessoas que assim se enquadram no núcleo familiar. Informa também que foi realizada reunião virtual com os OJs em 09/10/2020 na qual foi solicitado que os OJs realizassem o mapeamento dos mandados, conforme a natureza de cada ordem, visando possibilidade de otimização no cumprimento.*

Na reunião virtual do dia 09/10/2020 foi dada orientação pela MMA. Juíza Coordenadora aos OJs, assistida pela Divisão de Execução de Jundiaí, a um, que dessem prioridade para cumprimento dos mandados de pesquisa básica, a dois, que realizassem as avaliações imobiliárias, sempre que possível, com o uso de ferramentas eletrônicas (Google Earth e outros site e/ou apps), conforme já havia sido por ela autorizado conforme Portaria da Divisão de Execução de Jundiaí 01/2020 de 04/09/2020, anexa, além de, a três, que repassassem os mandados externos mais iminentes de cumprimento para os colegas que estariam realizando diligências externas.

Na oportunidade ainda foi solicitado também que os OJs começassem a elaborar um plano individual de ação continuado para que no 1º semestre de 2021 os mandados acumulados em razão do período de afastamento social pudessem ser totalmente cumpridos, em observância do planejamento de retomada gradual ao trabalho do TRT15, conforme art. 11, §§s 1º e 2º da Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ- CR nº 6/2020.

3. MOVIMENTAÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS:

(fonte: Divisão de Execução em 19/11/2020)

3.1 Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



UNIDADE	QUANTIDADE	RECEBIDO NA CENTRAL EM
Não há.		

3.2 Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (SAP1G):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Não há.		

Observação da Unidade:

A Divisão de Execução de Jundiaí não recebeu no ano de 2020 mandados para cumprimento advindos do SAP (físicos), apenas PJE, e/ou de recebimento de Cartas Precatórias (e/ou Mandados Judiciais do TRT da 3ª Região), conforme mudança de procedimento a ser observado pelas Divisões/Centrais de Mandados.

3.3 Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (PJ-e):

UNIDADE	QUANTIDADE	RECEBIDO NA CENTRAL EM
Não há.		

Observação da Unidade:

Os Oficiais de Justiça do FT de Jundiaí recebem automaticamente os mandados conforme áreas cadastradas no sistema PJE pela Divisão de Execução de Jundiaí, sendo que apenas mandados urgentes caem no painel geral ou no caso do endereço do executado não ser de Jundiaí. De modo que, sendo urgentes, os mandados são atribuídos ao OJ plantonista do dia, plantão remoto, e os demais são distribuídos semanalmente, igualmente, em número de mandados para todos os OJs.

3.4 Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (PJ-e):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE TOTAL	QUANTIDADE DE PENDENTES DE	DATA DE DISTRIBUIÇÃO MAIS ANTIGA
--------------------	------------------	----------------------------	----------------------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



	PENDENTES DE CUMPRIMENTO	CUMPRIMENTO COM PRAZO VENCIDO	
Cintia Adriane Fernandes Becatti	55	5	12/3/2020
Cleide Fonseca de Moura	57	24	30/1/2020
Edimara Bianchin	50	18	19/2/2020
Edmilson Aparecido Gatti	40	24	9/3/2020
Eydie Cristina de Souza	77	50	13/2/2020
Lincoln Dias dos Santos	127	67	5/2/2020
Rodrigo Fontenelle Bezerril Coutinho	331	251	6/12/2019
TOTAL	737	439	6/12/2019

Observações da Unidade:

** parametrização local – prazo de 80 dias para cumprimento a partir da distribuição para o OJ.*

*** a DE informa que o acúmulo de mandados se deu precipuamente em razão das medidas de afastamento social em razão da Pandemia do COVID-19, porque impediu que os OJs pudessem realizar as diligências externas, as quais foram retomadas recentemente, e ainda parcialmente, bem como que 4 OJs estão se revezando no cumprimento de diligências externas e 03 estão em isolamento total, por se enquadrarem como pessoas do grupo de risco e/ou conviverem com pessoas que assim se enquadram no núcleo familiar.*

Informa também que foi realizada reunião virtual com os OJs em 09/10/2020 na qual foi solicitado que os OJs realizassem o mapeamento dos mandados, conforme a natureza de cada ordem, visando possibilidade de otimização no cumprimento.

Na reunião virtual do dia 09/10/2020 foi dada orientação pela MMA. Juíza Coordenadora aos OJs, assistida pela Divisão de Execução de Jundiaí, a um, que dessem prioridade para cumprimento dos mandados de pesquisa básica, a dois, que realizassem as avaliações imobiliárias, sempre que possível, com o uso de ferramentas eletrônicas (Google Earth e outros site e/ou apps), conforme já havia sido por ela autorizado conforme Portaria da Divisão de Execução de Jundiaí 01/2020 de 04/09/2020, anexa, além de, a três, que repassassem os mandados externos mais iminentes de cumprimento para os colegas que estariam



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



realizando diligências externas.

Na oportunidade ainda foi solicitado também que os OJs começassem a elaborar um plano individual de ação continuado para que no 1º semestre de 2021 os mandados acumulados em razão do período de afastamento social pudessem ser totalmente cumpridos, em observância do planejamento de retomada gradual ao trabalho do TRT15, conforme art. 11, §§s 1º e 2º da Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ- CR nº 6/2020.

4. INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL – GRANDES DEVEDORES

(fonte: Divisão de Execução)

a) Relação de Investigação Patrimonial em andamento:

NÚMERO DO PROCESSO NO SISTEMA EXE15	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO (R\$)
2/2019	32	1.617.772,50
4/2019	28	407.295,11
5/2019	16	182.618,12
6/2019	22	297.787,46
7/2019	16	1.834.999,57
8/2019	16	691.618,54
9/2019	19	987.915,28
10/2019	28	396.904,41
11/2019	21	1.361.888,30
12/2019	42	611.621,53
13/2019	19	468.914,20
14/2019	35	465.741,81
15/2019	32	197.987,58
16/2019	20	894.401,13
17/2019	37	2.722.425,98
18/2019	80	5.000.000,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



19/2019	25	826.569,67
22/2019	5	217.004,15
01/2020	12	2.446.376,25
02/2020	43	2.099.492,72
03/2020	24	309.546,72
TOTAL	572	24.038.881,03

b) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado INTEGRALMENTE POSITIVO:

NÚMERO DO PROCESSO NO SISTEMA EXE15	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO (R\$)	VALOR PATRIMÔNIO ENCONTRADO (R\$)
5/2018	60	1.200.000,00	1.200.000,00
6/2018	7	1.053.065,94	1.053.065,94
23/2019	49	5.767.440,13	5.767.440,13
24/2019	86	5.528.869,71	5.528.869,71
21/2019	16	2.243.583,77	2.243.583,77
3/2019	6	135.215,87	135.215,87
20/2019	118	1.358.534,70	1.358.534,70
TOTAL	342	17.286.710,12	17.286.710,12

c) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado PARCIALMENTE POSITIVO:

NÚMERO DO PROCESSO NO SISTEMA EXE15	QTDE DE PROCESSOS	QTDE DE EXEQUENTES	VALOR DAS EXECUÇÕES (R\$)	ALCANÇADO	
				R\$	%
Não houve.					



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



d) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado FRUSTRADO:

NÚMERO DO PROCESSO NO SISTEMA EXE15	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO (R\$)
1/2019	43	81.026,68
TOTAL	43	81.026,68

e) Valores arrecadados decorrentes de execuções RESOLVIDAS pela investigação Patrimonial no ano:

NÚMERO DO PROCESSO PILOTO UNIDADE	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DAS EXECUÇÕES (R\$)	VALOR ARRECADADO (R\$)
5/2018	60	1.200.000,00	1.200.000,00
6/2018	7	1.053.065,94	13.953,76
23/2019	49	7.730.143,20	1.210.000,00
24/2019	86	5.528.869,71	5.528.869,71
21/2019	16	2.243.583,77	-
3/2019	6	135.215,87	-
20/2019	118	1.358.534,70	8.600,00
TOTAL	342	19.249.413,19	7.961.423,47

Observações da Unidade: valores arrecadados em processos REEFs instaurados após o encerramento das respectivas PPAs de dezembro/2019 a novembro/2020.

5. PROCESSOS REUNIDOS [Boletim de Produtividade]

(fonte: Divisão de Execução e Central de Mandados)

5.1 – Processos em Regime de Execução Forçada - REEF instaurados pela Divisão de Execução:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



NÚMERO DO PROCESSO PILOTO	VARA DO TRABALHO EM QUE TRAMITA	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR GLOBAL DA EXECUÇÃO (R\$)
1/2018	1VT Jundiaí	5	229.522,98
2/2018	1VT Jundiaí	134	4.000.000,00
3/2018	4VT Jundiaí	14	366.754,34
4/2018	1VT Jundiaí	12	371.644,54
5/2018	VT Campo Limpo Paulista	60	1.200.000,00
6/2018	3VT Jundiaí	7	1.155.686,57
20/2019	1VT Jundiaí	10	600.000,00
21/2019	1VT Jundiaí	16	2.243.583,77
23/2019	4VT Jundiaí	49	5.767.440,13
24/2019	3VT Jundiaí	86	5.528.869,71
03/2019	VT de Indaiatuba	6	135.215,87
TOTAL	-	393	24.812.094,78

5.2 – Processos Pilotos em execução conduzidos pela Divisão de Execução, nos termos do artigo 16 do Provimento GP-CR nº 04/2018:

NÚMERO DO PROCESSO PILOTO	VARA DO TRABALHO EM QUE TRAMITA	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR GLOBAL DA EXECUÇÃO (R\$)
0086900-76.2003.5.15.0021 (Paulista F. C.)	2VT de Jundiaí	264	18.000.000,00
010100-36.2009.5.15.0105 (RTW)	VT Campo Limpo Paulista	69	2.683.123,11
0001990-72.2010.5.15.0021 (Giassetti)	2VT de Jundiaí	60	4.806.421,83
TOTAL	-	393	25.489.544,94



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



5.3 – Processos com Plano Especial de Pagamento Trabalhista - PEPT da Divisão de Execução:

NÚMERO DO PROCESSO	UNIDADE DE ORIGEM	QUANTIDADE DE EXECUÇÕES REUNIDAS	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO (R\$)
Não houve.				

6. MOVIMENTAÇÃO DE HASTA PÚBLICA

(fonte: Divisão de Execução)

a) Hastas Públicas realizadas:

IDENTIFICAÇÃO DA HASTA	QTDE DE PROCESSOS LEVADOS À HASTA	QTDE DE BENS LEVADOS À HASTA	VALOR TOTAL DOS BENS LEVADOS À HASTA (R\$)	% QUANT. BENS ARREMATADOS	% VALOR BENS ARREMATADOS
6/2019	57	61	43.441.360,16	29,51	9,29
1/2020	66	79	34.941.508,51	22,78	2,30
2/2020	24	61	20.037.726,26	78,69	28,51
3/2020	49	51	59.617.473,09	23,53	4,47
5/2020	66	78	135.635.092,64	37,18	5,08
TOTAL	262	330	293.673.160,66	-	-

Obs: Hasta 4/2020 cancelada, porque designada por equívoco.

b) Varas da área de atuação da Divisão de Execução que não incluíram processos



em Hasta Pública durante o ano correicionado:

UNIDADE
Todas as Varas do Trabalho da circunscrição de Jundiaí estão liberando bens para a Hasta Unificada.

7 – SITUAÇÃO ATUAL DA UNIDADE - MEDIDAS IMPLEMENTADAS OU AÇÕES DESENVOLVIDAS DURANTE O PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA (COVID-19) - CONSTATAÇÕES:

No questionário pré-correicional, acerca de eventuais dificuldades e soluções encontradas na gestão do trabalho e de pessoas durante o trabalho remoto obrigatório em virtude da pandemia do novo coronavírus, a Chefe de Divisão informou que:

“O ano de 2020 inequivocamente está sendo um ano que exigiu e está exigindo muita adaptação e flexibilidade de todos os colaboradores internos e externos da Justiça do Trabalho. Assim, a Divisão enfrentou muitas situações adversas, desde a impossibilidade de cumprimento de mandados externos, o que acarretou no acúmulo dos mandados, passando pela adaptação dos procedimentos para realização das Hastas Unificadas, até o grande aumento no número de petições, quer fossem dos executados, porque tiveram seus bens constritos/numerários quando da eclosão da Pandemia, quanto dos exequentes, que rogavam urgência em tudo, em geral.

Com efeito, acredita-se que o cenário econômico-social experimentado ainda é demasiadamente complexo e sensível, porque o trabalho remoto não acredito ser um problema em si, s. m. j, mas as mudanças que esse novo sistema trouxe, de uma hora para outra, certamente o foi, porque não estávamos preparados para uma mudança tão abrupta, uns conseguiram se adaptar mais rápido, outros nem tanto, e há aqueles que não se adaptaram.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



O executante Dário quase foi devolvido à Prefeitura de Louveira, em razão de uma questão política do Prefeito, mas que conseguiu ser revertida temporariamente até dezembro/2020; ainda está indefinida. O servidor Sr. Godoy é do grupo de risco e não tem domínio do processo eletrônico e/ou afinidade com as atividades da Divisão.

Estamos com apenas 01 estagiário, o mais antigo chegou ao termo do seu contrato de estágio com o Tribunal (02 anos).

Nossa, foi um ano muito difícil em diversos aspectos, de perdas, quebra de paradigmas, mas também, há que se dizer, de muita superação, aprendizado, que nos trouxe novos modelos de interação e iteração que pareciam antes destinados para um futuro mais distante, e que agora, estão aqui!

A solução foi a comunicação, por Chat, whatsapp, celular, liberação de equipamentos para uso dos servidores remotamente (via Proad), busca por ferramentas de gestão de projetos (Trello), trabalho em horários alternativos, muita flexibilidade, paciência e proatividade. Que venha o equilíbrio do que tínhamos antes com o que temos agora!

Que venha!” (grifamos)

Não obstante a unidade tenha realizado reuniões virtuais periodicamente, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional sugeriu a adoção da prática de realizar reuniões diárias, preferencialmente, em dois horários estabelecidos de comum acordo com a equipe. O primeiro para tratar de assuntos relacionados ao trabalho e o segundo para uma conversa sobre temas diversos. Essa prática, implementada há tempos na Secretaria da Corregedoria pelo Sr. Secretário, permite uma maior integração da equipe, além de um maior acolhimento das pessoas no período de isolamento.

Com relação a quantidade de diligências pendentes de cumprimento, foi informado que os Senhores Oficiais de Justiça já fizeram uma triagem para planejar o cumprimento



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



dos 439 (quatrocentos e trinta e nove) mandados acumulados durante o período da pandemia.

Com relação às pesquisas patrimoniais avançadas em andamento, no total de 21 (vinte e uma), a informação da Senhora Chefe da Divisão é de que 10 (dez) estão mais adiantadas, 2 (duas) ou 3 (três) devem ser finalizadas ainda este ano e as demais deverão ser concluídas ao longo do ano de 2021. No ano de 2020, foram autuadas apenas 3 (três) novas pesquisas. Informou, ainda, que foram priorizadas as liberações de valores disponíveis nos processos de REEF (item 5.1 desta ata), cerca de 6 (seis) milhões de reais e outros 6 (seis) milhões disponíveis em processos pilotos (item 5.2 desta ata). Informou, ainda, que há uma hasta pública em andamento e que a unidade conta com o auxílio da servidora assistente da MM^a Juíza Coordenadora nas pesquisas básicas dos processos de investigação patrimonial que se encontram nas fases iniciais.

Diante das dificuldades relatadas para a conclusão dos processos de pesquisa patrimonial avançada, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional recomenda que a autuação de novos processos fique suspensa até que sejam resolvidas aquelas que se encontram em andamento.

Por ocasião da correição, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional tomou conhecimento dos fatos envolvendo comportamento inadequado de um servidor. Todavia, tendo em vista a abertura de sindicância já determinada no Proad que se encontra atrelado ao Proad da Unidade, por ora, não há outras providências a serem adotadas, além dessa e daquelas já tomadas pela MM^a Juíza Coordenadora da Divisão de Execução.

A MM^a Juíza Diretora do Fórum, Dra. Andrea Guelfi Cunha teceu elogios à MM^a Juíza Coordenadora, bem como à Senhora Chefe da Divisão, servidores e Senhores Oficiais de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



A MMª Juíza Coordenadora da Divisão de Execução agradeceu a todos pelo empenho e pela dedicação, buscando sempre entregar uma prestação jurisdicional mais breve e mais eficiente possível.

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional ressaltou sua preocupação com a carência de juízes e servidores, demandando muita criatividade para produzir mais com menos força de trabalho. Por fim, agradeceu a todos pelo empenho, pela dedicação e solicitou que os esforços continuem a fim de que a prestação jurisdicional seja a mais célere e eficiente possível.

8 – RECOMENDAÇÕES:

8.1 – Utilizar a *Wiki* Nacional para solução de dúvidas procedimentais;

8.2 – Observar, com rigor, os normativos: Provimento GP-CR nº 3/2018 (disciplina as Centrais de Mandados); Provimento GP-CR nº 4/2018 (regulamenta a atuação das divisões de execução); Provimento GP-CR nº 10/2018 (regulamenta o fluxo de processos de trabalho dos oficiais de justiça na execução); Provimento GP-CR nº 2/2019, alterado pelo Provimento GP-CR nº 5/2020 (regulamenta o plano especial de pagamento trabalhista – PEPT); Provimento GP-CR nº 4/2019, alterado pelo Provimento GP-CR nº 2/2020 (regulamenta a realização de hastas públicas unificadas); Ato Regulamentar GP-CR nº 2/2018, alterado pelo Ato Regulamentar GP-CR nº 3/2020 (disciplina o envio dos processos às divisões de execução e o regime especial de execução forçada);

8.3 – Fazer constar expressamente do edital, além dos requisitos do artigo 886 do CPC, a isenção do arrematante com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente, estejam ou não inscritos na dívida ativa, ao determinar a alienação de bem através de leilão judicial ou iniciativa particular (Art. 110 da Consolidação dos Provimentos da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

9. ATENDIMENTOS:

O Excelentíssimo Corregedor Regional atenderia, por videoconferência no sistema *Meet*, os advogados previamente inscritos. Porém, não houve inscritos.

10. OBSERVAÇÕES GERAIS

10.1 – O Excelentíssimo Corregedor Regional conversou remota e reservadamente com as MM^{as} Magistradas.

10.2 – Foi informado pela Chefe de Divisão que foram expedidos ofícios às OABs da jurisdição.

11. – OFÍCIOS

Dê-se ciência da presente ata à MM^a Juíza Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Patrimonial para os apontamentos e providências que entender pertinentes.

12 – ENCERRAMENTO:

No dia 25 de novembro de 2020, às 11h30, encerraram-se os trabalhos e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.